

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras do **MUNICÍPIO DE SINES**, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2013 (que evidencia um total de Balanço de € 125.437.666,96 e um total de Fundos próprios de € 60.315.907,28, incluindo um Resultado líquido negativo de € 10.110.002,43), a Demonstração dos resultados por naturezas e os Mapas de execução orçamental (que evidenciam um total de € 30.698.257,52 de despesa paga e um total de € 30.399.614,69 de receita cobrada líquida) do exercício findo naquela data, bem como os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Órgão Executivo a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do **MUNICÍPIO DE SINES**, o resultado das suas operações e o relato da execução orçamental, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Órgão Executivo, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação, numa base de amostragem, da conformidade legal e regularidade financeira das transações efetuadas;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as acima referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira do **MUNICÍPIO DE SINES** em 31 de dezembro de 2013, o resultado das suas operações e a execução orçamental relativa à despesa paga e à receita cobrada no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, previstos no POCAL.





**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

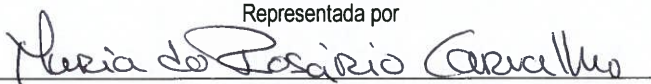
ÊNFASES

9. Sem a afetar a opinião expressa no parágrafo 7. acima, é de referir que face aos comentários e recomendações efetuadas em anos anteriores, verificamos uma melhoria decorrente da introdução de procedimentos mais adequados, que importa dar continuidade e/ou implementar nomeadamente:
- 9.1. Uma adequada consolidação orçamental, com coerente estimativa de receitas e controlo integral do ciclo de despesa, para além do apuramento e utilização dentro dos limites permitidos dos fundos disponíveis e cumprimento das obrigações quanto ao prazo médio de pagamentos;
 - 9.2. Esforço na arrecadação de receita, sobretudo a corrente, de forma a permitir dar cumprimento à regra de equilíbrio orçamental, nos termos do disposto no art.º 40º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, para além do disposto no art.º 52º, da mesma Lei, quanto ao apuramento dos valores relevantes para cálculo do limite da dívida;
 - 9.3. Ainda, face ao disposto no art.º 41º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, quanto à regra de anualidade e plurianualidade, o orçamento deve ser acompanhado do quadro plurianual de programação orçamental. Neste sentido, nos termos do art.º 45º da referida Lei, dado que a proposta de orçamento municipal para o ano económico seguinte deve ser apresentada ao Órgão Deliberativo até 31 de outubro do ano corrente, os trabalhos de preparação dos referidos instrumentos previsionais devem iniciar-se atempadamente;
 - 9.4. O Município apresentou candidatura ao Programa II, do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), o qual foi aprovado, conforme Despacho nº 14763-D/2012, publicado no Diário da República, 2ª Série, nº 222, de 16 de novembro. O contrato foi assinado a 16 de novembro, sofreu dois aditamentos, tem um prazo máximo de 14 anos, cobrindo cerca de 90% das dívidas existentes, ascendendo a 3.528.272,76€. O Município procedeu ao pagamento das faturas a que se encontrava obrigado e prestou a informação justificativa da sua utilização, para além da informação que prestou atempadamente a 30 de janeiro sobre o processo. Incorpora ainda na prestação de contas informação sobre o plano de ajustamento financeiro;
 - 9.5. O Município foi notificado quanto ao incumprimento das reduções legalmente estipuladas no que concerne aos pagamentos em atraso, ascendendo o montante do incumprimento a 783.739,85 €. Apresentou justificação dos factos que conduziram ao incumprimento, aguardando a apreciação dos motivos que estiveram na base do não cumprimento.

Sines, 15 de abril de 2014

Rosário, Graça & Associados, SROC, Lda.

Representada por


Maria do Rosário da Conceição Mira de Carvalho (ROC nº 658)